

A REDENÇÃO DO PAÍS PELA REGENERAÇÃO DO CORPO: EXIGÊNCIAS PARA EDUCAÇÃO FÍSICA NA REPÚBLICA

Pierre Normando Gomes da Silva¹

Marcello Fernando Bulhões Martins²

Na tentativa de justificarmos este artigo iniciamos com as palavras de Nóvoa, que traduz os nossos objetivos em trabalharmos com História da Educação. Diz esse educador português:

*A compreensão histórica dos fenômenos educativos é uma condição essencial à definição de estratégias de inovação. (...) A história da educação não é importante apenas porque nos fornece a memória dos percursos educacionais, mas sobretudo porque nos permite compreender que não há nenhum determinismo na evolução dos sistemas educativos, das idéias pedagógicas ou das práticas escolares: tudo é produto de uma construção social.*³

Com essa intenção de compreender para inovar que iniciamos uma vistoria na discussão pedagógica do final do século XIX.

Sem dúvida o debate pedagógico, político e cultural que foi travado a partir de meados do século XIX até o final do Império se constitui como um momento fundador da mentalidade nacional e da cultura pedagógica daí advinda. Foi nesse momento no Brasil que se desencadearam, efetivamente, propostas pedagógicas e iniciativas educacionais que tentavam implantar a modernidade, projeto de civilidade burguesa, através da instrução⁴. Sobre esse projeto político e sentimento pedagógico, apesar de referindo-se ao período entre o Iluminismo e a Revolução Francesa, Carlota Boto o expressa com muita clareza, dia ela:

A modernidade elegia a cidadania como referência e álibi para sustentação de uma sociedade que não equacionava as distâncias e

¹ Doutor em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Professor do Departamento de Educação Física e Pesquisador do Laboratório de Estudos e Pesquisas em Corporeidade Cultura e Educação da Universidade Federal da Paraíba. E-Mail: <pierrenormandogomesda silva@gmail.com>.

² Doutor em Educação pela Universidad de Alicante. Professor do Departamento de Educação Física e Pesquisador do Laboratório de Estudos e Pesquisas em Corporeidade Cultura e Educação da Universidade Federal da Paraíba. E-Mail: <marcellobuloes@yahoo.es>.

³ NÓVOA, Antônio. "Inovação e história da educação". *Revista Teoria e Educação*, v. 6, 1992, p. 221.

⁴ Vale considerar que desde 1822 que já havia uma preocupação por uma escola pública, laica e gratuita, inclusive várias reformas educacionais já haviam sido implementadas.

*desigualdades sociais. A cidadania, no entanto, exigia emancipação pelas Luzes, pela erradicação do suposto obscurantismo. Reivindicar uma escola única, laica e gratuita, universalizada para todas as crianças de ambos os sexos, significava conferir legitimidade ao prospecto de regeneração e de emancipação inscrito naquele período que presenciava-se o acelerar da história. Na percepção dos contemporâneos, dar substrato teórico à liberdade e suporte ideológico ao artefato da nação supunha, pois, conferir igualdade de oportunidades para que todos pudessem desenvolver os talentos que a natureza repartira. Por tal utopia revolucionária, creditou-se à instrução o ofício de palmilhar a arquitetura da nova sociedade. A escola - como instituição do Estado - deveria gerir e proteger a República.*⁵

Democracia, federação e educação se constituíam em categorias inseparáveis, de uma vigorosa discussão no início da República, que apontavam para a redenção do país. Nesse ideário de alterar a ordem social através de um sistema político que garantisse a justiça através da representação, a República, a educação, ou mais especificamente a escolarização, foi “interpretada como o mais decisivo instrumento de aceleração histórica”, conforme Nagle⁶. A esse movimento que acreditava que, pela multiplicação de instituições escolares, principalmente do ensino primário, seria possível incorporar o Brasil no conjunto dos países mais desenvolvidos economicamente, Nagle denominou de “entusiasmo pela educação” ou pela escolarização.

Essa empreitada educacional visava oferecer uma resposta positiva aos problemas estruturais da sociedade brasileira, pois o entendimento sociológico predominante expressava-se da seguinte forma, conforme Nagle:

*(...) a ignorância reinante é a causa de todas as crises; a educação do povo é a base da organização social, portanto, o primeiro problema nacional; a difusão da instrução é a chave para a solução de todos os problemas sociais, econômicos, políticos e outros.*⁷

O sonho da República, espargindo as luzes da instrução para todo o povo brasileiro e democratizando a sociedade, antes de ser uma atitude humanitária iluminista, fazia parte de uma estratégia de luta para combater o modelo coronelista de poder patrimonial e superar as condições sócio-culturais do regionalismo existente, estorvo para federalizar o país e para criar um sentimento nacional. Era um ataque às oligarquias e, por conseguinte, tocava no “problema” do analfabetismo. Expressando o pensamento político-educacional de então, diz Nagle:

⁵ BOTO, Carlota. *A escola do homem novo: entre o Iluminismo e a Revolução Francesa*. São Paulo: Editora da UNESP, 1996, p. 16. NÓVOA, “Inovação...”, p. 210- 220.

⁶ NAGLE, Jorge. “A educação na Primeira República”. In: FAUSTO, Boris (Dir.). *O Brasil Republicano: sociedade e instituições (1889-1930)*. 3. ed. São Paulo: DIFEL, 1985 (História Geral da Civilização Brasileira, v. 3), p. 260.

⁷ NAGLE, Jorge. *Educação e sociedade na Primeira República*. São Paulo: EPU/ MEC, 1974, p. 160.

*As oligarquias só podem ser combatidas pelo esclarecimento que a educação proporciona, pois elas se sustentam graças à ignorância popular; fruto da falta de patriotismo e da ausência de cultura “prática” ou de formação técnica, as dificuldades econômico-financeiras são eliminadas por virtude da educação, formadora do caráter e das forças produtivas; os empecilhos à formação de uma sociedade aberta encontram-se na grande massa analfabeta e na pouca disseminação da escola secundária e superior, que impedem o alargamento na composição das elites bem como o necessário processo de sua circulação.*⁸

Esse entendimento de debelar os problemas nacionais por intermédio da educação foi tão característico desse momento histórico que várias publicações receberam essa designação, tais como: *A Educação Nacional*, de Mário Pinto Silva; *No Brasil só há um problema nacional: a educação do povo*, de Miguel Couto; *A Educação Nacional*, de José Augusto de Medeiros; *A Educação Nacional*, de José Veríssimo. Esses títulos revelam que se havia superestimado o processo educacional e a escolarização tinha se tornado a “*alavanca para o progresso*”, pois ela era a única capaz de regenerar o homem e toda a sociedade. Para compreendermos melhor em que consistiam essas propostas analisaremos o texto de José Veríssimo.

Para tratarmos sobre o que consistia a proposta de uma educação liberal-nacionalista-republicana-civilizatória resolvemos analisar o texto de José Veríssimo, intitulado *A Educação Nacional*, por pelo menos três motivos: primeiro, porque esse texto inaugurou a República, foi publicado em março de 1890; segundo, porque nele há uma defesa explícita da sugestão de uma proposta educacional que viabilizasse o projeto sócio-político da República; terceiro, porque nas propostas de reformulação das disciplinas curriculares para atender a uma educação nacional o autor destaca a Educação Física como um componente curricular apto para regenerar/ higienizar o corpo.

A Educação Nacional, estruturado num pensamento ideológico liberal-positivista, parte do pressuposto de que a civilização e o progresso são determinados por um povo moralmente regenerado. Por isso, Veríssimo inicia seu livro dizendo que tem “*examinado contristado a situação moral do Brasil*”⁹, pois é ela que determina a evolução histórica de um povo. O atraso histórico é devido ao atraso moral, isso porque no entender do ex-diretor do Ginásio Nacional nem mesmo a República, que “*há de ser um bem... [haja visto, que comporta] formas políticas e administrativas mais largas que a monarquia*”¹⁰ não será a força determinante para mudar a estrutura social, mas o povo: “*A história é feita com elementos, o povo; é, pois, o povo, e não o governo, que em definitivo pode radicalmente mudar as condições de uma nação, cujos vícios e defeitos são antes seus que dos que administram e dirigem*”¹¹.

⁸ NAGLE, “A educação...”, p. 263.

⁹ VERÍSSIMO, José. *A educação nacional*. 3.ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985, p. 41.

¹⁰ VERÍSSIMO, *A educação...*, p. 42.

¹¹ VERÍSSIMO, *A educação...*, p. 42.

Para Veríssimo, o Estado Republicano, promotor do bem comum, não conseguiria propiciar a realização dos interesses da nação se o estado moral dos brasileiros permanecesse “desanimador e precário”. Por isso, cumpria ao povo, tão somente, a obrigação ou o dever patriótico de se corrigir. Daí o seu apelo: “É, pois, a nós mesmos, é ao povo, é a Nação, que cumpre corrigir e reformar, se quisermos realize a república as bem fundadas e auspiciosas esperanças que alvoreceram nos corações brasileiros”¹².

Assim, para completar a “obra da revolução”, ou para alcançar os países cultos, portanto ricos, não bastava reformar o governo, mas reformar os hábitos do povo através da educação. Diz Veríssimo: “*para reformar e restaurar um povo, um só meio se conhece, quando não infalível, certo e seguro, é a educação*”¹³. Uma educação capaz de reformar e restaurar a moral de um povo - a educação nacional.

O povo brasileiro, submetido seja às condições brutais de trabalho na agricultura ou nas nascentes indústrias, seja às condições insalubres de moradia, principalmente nos bairros operários populosos no Rio de Janeiro e São Paulo, verdadeiros cortiços, é interpretado como um povo cheio de vícios e defeitos que precisava ser “regenerado” por um sistema de educação. O caráter brasileiro, “*indolente e mole*”, precisava ser corrigido por uma educação nacional, cujo conteúdo moral de nacionalismo, à semelhança dos Estados Unidos, despertaria o sentimento patriótico.

A educação nacional visava moralizar o povo brasileiro na medida em que era contrária aos costumes do provincialismo brasileiro e se propunha a debelar o sentimento regional separatista ou bairrismo; objetivava, através da instrução pública, integrar os Estados no espírito nacional, além de tornar a educação não livresca, tornando acessível e efetivo o ensino primário, e reverter o quadro de iletrados do país (84%). A educação nacional deveria despertar o sentimento de amor e obediência à pátria através da exaltação dos símbolos de poder do Estado: a bandeira nacional, o hino, o palácio do governo, o clube republicano; bem como, valorizar o ser brasileiro. Diz Veríssimo:

*Neste Novo Mundo, o Brasil, certo, tem direito a um eminente lugar e aos mais insígnos destinos. Sejamos brasileiros com todo o ardor do nosso temperamento, mas sem os langores e desfalecimentos que o neutralizam. Não copiemos ninguém, mas estudemos tudo e todos, e, principalmente, estudemos a nós mesmos. Tiremos do conhecimento da pátria os mesmos elementos com que lhe havemos de preparar a grandeza.*¹⁴

Evidentemente que um liberal, iluminista e republicano, não estava defendendo o resgate da cultura brasileira a partir dos costumes populares; pelo contrário, esses precisavam ser “*esquecidos*”, para se eleger heróis nacionais e criar monumentos à semelhança dos Estados Unidos, no qual “*os seus homens notáveis são-lhes objeto de culto patriótico*”¹⁵.

¹² VERÍSSIMO, *A educação...*, p. 43.

¹³ VERÍSSIMO, *A educação...*, p. 45.

¹⁴ VERÍSSIMO, *A educação...*, p. 52.

À educação cumpria a tarefa de regenerar o povo não só no “temperamento, idéias e costumes novos”, mas também ser capaz de gerar o que o Estado enfraquecido não conseguia - “*um espírito novo, o espírito nacional*”, um sentimento nacional que faça da pátria “*não só objeto do nosso amor, mas fonte do nosso orgulho*”¹⁶. Além disso, a educação nacional, “*pedra angular da grande república*” e do capitalismo industrial nascente, deveria também “*educar*” os cidadãos para o trabalho, retirando deles o “*pendor para a indolência*”. O menosprezo pelo trabalho, segundo Veríssimo, foi adquirido no período da escravidão e era considerado por ele como “*terrivelmente deletério*”:

*Não somente abolindo como degradando o trabalho, a escravidão consumou em nós a morte de todas as energias já enfraquecidas pelo clima e viciadas pela hereditariedade.*¹⁷

Uma outra tarefa para esse projeto educacional consistia em redefinir a moral sexual dos herdeiros do “*sinhô-moço*” de amores lúbricos, de desejos ardentes que, sob a “*influência depravada*” da mulata, dissolveu sua virilidade física e moral. Corrigir moralmente a juventude brasileira era uma tarefa difícil, pois para Veríssimo o povo era:

*Mole pelo clima, mole pela raça, mole por esta precocidade das funções genésicas, mole pela falta de todo trabalho, de qualquer atividade, o sangue pobre, o caráter nulo ou irritadiço e, por isso, mesmo inconstante, os sentimentos deflorados e pervertidos, animado, indisciplinado, mal criado em todo o rigor da palavra (...) O amor da vida fácil, o hábito da mentira, a imbecilidade física e moral.*¹⁸

Enfim, numa tentativa de erradicar a “*moralidade primitiva de selvagem*”, cumpria à educação nacional apagar a influência da cultura negra/ africana no povo brasileiro, isto quer dizer neutralizar “*a volúpia, a magia, a luxúria, os feitiços, a faceirice, os dengues, os quindins...*”¹⁹. Era preciso uma educação pública que modificasse a índole do povo e uma educação política que acordasse no povo o sentimento nacional, ou seja, era necessário “*promover com a tenacidade de uma convicção profunda a educação do caráter nacional*”²⁰.

Essa “*educação do caráter nacional*” era essencialmente uma educação que excluía a cultura corporal negra, com seus elementos eróticos e mágicos, da esfera da tolerância, e imprimia uma ética burguesa capitalista da abstinência que reprovava a “*lascívia*”, os impulsos indisciplinados e qualquer expressão espontânea da volúpia. Era uma educação que objetivava controlar a corporeidade do brasileiro a partir de uma redefinição da expressão intencional do desejo encarnado, a sexualidade.

¹⁵ VERÍSSIMO, *A educação...*, p. 59.

¹⁶ VERÍSSIMO, *A educação...*, p. 51.

¹⁷ VERÍSSIMO, *A educação...*, p. 68.

¹⁸ VERÍSSIMO, *A educação...*, p. 69-70.

¹⁹ VERÍSSIMO, *A educação...*, p. 69.

²⁰ VERÍSSIMO, *A educação...*, p. 73.

O “povo amoroso” era culpabilizado por seus “desejos ardentes” e por isso, deveria aceitar que se instituíssem atitudes civilizadas para a experiência erótica do “corpo a corpo”. Essa pedagogia da culpabilidade e do controle da erótica, que denominamos de repressão sexual, funcionava como uma estratégia de dominação. Sobre isso, diz Gonzales Duro:

*É evidente que a repressão sexual é um instrumento eficaz para a dominação social e para a submissão do homem ao poder constituído. O reprimido sexual é um ser dócil, débil, assustado e inseguro, que lutará contra sua própria natureza para cumprir as ordens de seu superego. Por isso, precisa de proteção e direção dos poderes superiores aos que se submete cegamente.*²¹

Como a educação nacional era essencialmente uma “re-educação” dos costumes, e isso implicava em redefinir os desejos da corporeidade brasileira através de seus hábitos motores, Veríssimo sinalizava a necessidade premente de introduzir a educação física nas escolas e principalmente nos costumes populares, não para valorizá-los, mas para corrigi-los. A Educação Física precisava corrigir o que “enfraquece a nossa raça”, diz Veríssimo, tais como: o “erotismo prematuro”, a “falta de higiene”, a “privação de atividade e preguiça para o trabalho”²². Uma Educação Física capaz de ser “remédio” para todas essas “doenças” que enfraquecem o povo brasileiro não poderia ser qualquer Educação Física, mas uma que abrangesse a Higiene.

Entre nós, quando se fala em educação física quase se subentendem os exercícios ginásticos e, principalmente, os chamados acrobáticos. Não é esta a verdadeira e utilíssima compreensão dessa forma de educação que, não obstante preconizada desde Montaigne, Locke, Rousseau, Hufeland e Fröebel, apenas agora começa a sair do domínio da especulação para o da prática. Como deixa manifesto a citada passagem de Spencer, a educação física não se limita apenas, como vulgarmente se supõe, aos exercícios físicos, mas abrange a Higiene, considerando esta, segundo a excelente definição de Littré e Robin, como o conjunto de regras a seguir na escolha dos meios convenientes para entreter a ação normal dos órgãos nas diversas idades, constituições, condições de vida e profissões.’²³ [grifo nosso]

A partir dessa referência destacamos algumas características da Educação Física “Higiênica” de Veríssimo, tais como: não se constituía numa Ginástica acrobática, era a realização de uma teoria pedagógica, abrangia os pressupostos da Higiene e objetivava ser útil para a vida e, principalmente, para a profissão.

²¹ DURO, Enrique Gonzales. “Dialética do prazer”. *Encontros com a Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, n. 23, 1980, p. 6.

²² VERÍSSIMO, A educação..., p. 91.

²³ VERÍSSIMO, A educação..., p. 82-83.

Para Veríssimo, essa Educação Física, de caráter nacional e higiênico, não era fruto espontâneo de vivências populares, pois já tinha sido preconizada por vários teóricos, entre eles Locke e Rousseau, e era racionalmente elaborada, haja visto seguir “regras”, ou seja, era uma educação física “*inteligentemente dirigida*”. Essa Educação Física era “*científica*” porque seguia os “ensinamentos de médicos e pedagogos”, ou melhor, porque seu “*sistema se baseava nos mais profundos estudos da Biologia e da Psicologia*”, conforme Veríssimo²⁴. Era uma atividade física que respeitava a ação normal dos órgãos e as diversas idades, correspondendo assim, a um projeto de civilização moderna, vivenciado na Europa “*cultíssima*”.

Para o autor da *Educação Nacional*, uma proposta de Educação Física que abrangesse a Higiene era “*apenas uma vaga designação*” no Brasil. Assim, toda a prática corporal nativa, negra e imigrante que já existia foi desconsiderada e até mesmo ridicularizada, como por exemplo, a montaria de cavalos, que para ele era “*desinteligente e ridícula*”. Por isso, como a cultura motora burguesa ainda não havia sido introduzida, dizia Veríssimo referindo-se a Educação Física: “*Entre nós, tudo, infelizmente, está por fazer*”²⁵.

Quanto à Educação Física que aparecia nos programas pedagógicos do Império, Veríssimo fazia a seguinte crítica:

Existe [educação física], é certo, em alguns programas oficiais sob a exclusiva forma de Ginástica, mas, ou seja porque esses programas oficiais em geral se não executam senão em mínima parte ou seja porque os professores também não aprenderam e menos a estimam, é essa determinação letra morta. Acresce o julgarmos que Ginástica são os exercícios acrobáticos, o que de todo o ponto falseia a idéia pedagógica desse ensino. ²⁶

Veríssimo afirmava que uma educação física que se resumisse à Ginástica era muito pouco, e considerava a iniciativa do Ministro do Império²⁷ “*letra morta*”, por causa da incompetência e desinteresse dos professores, restando a prática dos exercícios acrobáticos realizados nos circos e saltimbancos. Assim, numa tentativa de superar seja a Ginástica de aparelhos (alemã), incentivada pelo Império, seja a Ginástica dos teatros de rua, o republicanista “*deslegitimou*” tais exercícios considerando-os anti-pedagógicos e propôs que:

Cuidemos da higiene particular e individual, apenas entre nós conhecida, mas de nenhuma forma praticada. Introduzamos nas nossas escolas, nos nossos colégios e outros estabelecimentos de instrução primária e secundária, a Ginástica, principalmente aquela que dispensa aparelhos, os exercícios calistênicos, as corridas, as marchas, os saltos e os jogos estrangeiros, pois não temos próprios, que melhor se adaptem ao nosso clima, ao nosso meio(...) Suscitemos nas nossas academias o

²⁴ VERÍSSIMO, *A educação...*, p. 82.

²⁵ VERÍSSIMO, *A educação...*, p. 88.

²⁶ VERÍSSIMO, *A educação...*, p. 88.

*gosto por esses exercícios. Todas elas se acham em cidades onde a canoagem, sob o aspecto higiênico um dos mais completos exercícios que se possa fazer, facilmente poderia ser praticada. Mas não somente o exercício de remar, porém as grandes marchas a pé, a esgrima, os jogos como o cricket, a malha, a péla, certo não desdourariam os nossos jovens doutores.*²⁸

A Ginástica que dispensa aparelhos era a sueca, contudo, Veríssimo não se limitou a propor tal Ginástica como a ideal para a Educação Física brasileira, distinguindo-se de seus contemporâneos, pois, influenciado, principalmente por Herbert Spencer e pela cultura inglesa, “cujo povo é, incontestavelmente, o mais forte, o mais enérgico, o mais viril dos deste fim de século”²⁹, ele propôs também outras atividades para a 1ª e 2ª infâncias:

*as corridas, os saltos e sobretudo, os jogos, como a peteca, as barras, o quadrado, o salta carneiro, a malha e toda uma coleção de jogos que nos faltam nacionalmente a nós, mas que podem e devem ser introduzidos nas nossas escolas.*³⁰

O jogo também deveria funcionar como instrumento pedagógico para reverter o quadro de indisciplina moral do acadêmico brasileiro, “namorador e abonecado”, que só conhecia “como jogo, além do bilhar nas salas empestadas de tabaco e suor, os de carta ou o da roleta”³¹. Por isso, o diretor do Colégio Americano de Belém sugere, à semelhança de Oxford e Cambridge, o rugby, o cricket, o futebol, as regatas, o lawn-tennis; além da calistenia estadunidense e o pedestrianismo, a equitação e a esgrima que eram praticados nas academias suíças e alemãs.

Uma última característica que poderíamos ainda destacar dessa Educação Física “Nacional e Higiênica” sugerida por Veríssimo, é que lhe cumpria, também, a tarefa de “preparar gerações sãs e fortes” a partir da meninice, ou seja, deveria “tomar o homem criança, ainda no berço, e, através da primeira e segunda infância, da adolescência e da mocidade, levá-lo à virilidade, que lhe cabe fazer rija e valente”³². Para realizar tal tarefa precisava-se modificar ou corrigir os hábitos dos pais de acordo com os ensinamentos da “higiene e da pedagogia infantil”.

Precisava-se, inicialmente, corrigir os hábitos da “população masculina do Reino” que se interessava apenas pelas questões de cruzamento e criação de animais, e considerava a tarefa de educar os filhos como “cuidados incompatíveis com a dignidade de seu sexo”³³. De modo que os homens conheciam todas as propriedades

²⁷ Traduziu e publicou, em 1870, o *Manual de Ginástica Prussiana*, como indicação normativa para o ensino de Ginástica a ser adotado nas escolas públicas.

²⁸ VERÍSSIMO, *A educação...*, p. 88-89.

²⁹ VERÍSSIMO, *A educação...*, p. 86.

³⁰ VERÍSSIMO, *A educação...*, p. 85.

³¹ VERÍSSIMO, *A educação...*, p. 85.

³² VERÍSSIMO, *A educação...*, p. 83.

³³ VERÍSSIMO, *A educação...*, p. 81.

relevantes para a engorda do gado e nada sobre a nutrição das crianças. Para Veríssimo, o pai é que estaria apto para formar “belos homens ou modernos atletas”, pois estava muito mais instruído que a mãe, pois ela só havia aprendido “as línguas, a música e certas prendas femininas”.

Quanto à mãe, a primeira coisa que ela deveria aprender era que a gestação é um período de “cuidadosa higiene” e, por isso, deveria evitar “imprudências” cuidando-se com rigorosa higiene, visto pesar sobre os seus ombros a responsabilidade social pela saúde ou morte de seus filhos, pois os cientistas da época (os médicos) afirmavam que a mortalidade das crianças era devida à falta de higiene. Numa tentativa de reverter o quadro de mortalidade infantil, que não era pequena, essa Educação Física “Higiênica” começava corrigindo os hábitos dos pais e fazendo-os cercar o infante de cuidados desde o aleitamento até o vestuário, pois no dizer de Veríssimo, até então “a educação infantil, física ou espiritual, era inteiramente primitiva e empírica”³⁴. Assim, nesse projeto de educação “civilizatória”, que excluía terminantemente a cultura negra, ou o modo de viver o corpo nativo e popular, a educação era considerada primitiva porque,

*Os nossos filhos eram entregues aos cuidados das escravas, cujo leite, quase sempre eivado de vícios que mais tarde lhes comprometeria a saúde, os alimentava. Eram as mucamas, escravas ou ex-escravas - e isto basta para indicar o valor como educadoras - que de fato dirigiam na alimentação, nos passeios, no vestuário e nos demais atos da vida infantil. Não raro ver meninos de oito e mais anos dormindo na mesma rede que a mucama do seu serviço que, em geral extremamente amorosa e afeiçãoada a eles, não sabia recusar-lhes nada, nem ainda aquilo que evidentemente lhes podia comprometer a saúde. O que tinham de enervantes semelhantes costumes, que sem mentir, se não podem dizer findos, não escapará a ninguém.*³⁵

Baseada na “Psicologia Científica”, a Educação Física “Higiênica” para a infância rejeitava o serviço amoroso e afeiçãoado da mucama que educava, segundo Veríssimo, para a moleza e indolência e propunha preparar, desde os primeiros anos, um corpo saudável, forte e sobretudo útil para as atividades físicas que exigiam “maior soma de robustez, de força e de saúde: o comércio, a indústria, os ofícios, a lavoura”³⁶. Assim, a Educação Física para Veríssimo era higiênica, não porque utilizava os exercícios respiratórios suecos, mas porque redefinía o corpo, baseado em princípios fisiológicos, para torná-lo “civilizado”. Isto quer dizer uma educação contrária aos padrões de cultura corporal negra, feudal e oligárquica, e definida segundo os padrões ascéticos do “bom animal”, robusto e saudável para ser útil à indústria, pois “nas lutas industriais, também, a vitória depende do vigor físico dos produtores”³⁷.

³⁴ VERÍSSIMO, *A educação...*, p. 84.

³⁵ VERÍSSIMO, *A educação...*, p. 84.

³⁶ VERÍSSIMO, *A educação...*, p. 91.

³⁷ VERÍSSIMO, *A educação...*, p. 82.

Apesar de todo o esforço de Veríssimo em caracterizar uma possível Educação Física “*Nacional e Higiênica*” que introduzisse a Ginástica sueca e jogos estrangeiros no ensino primário e secundário, bem como, os esportes nas academias brasileiras, essas características não foram suficientes para conseguir sistematizar de forma teórico-metodológico uma proposta pedagógica para a Educação Física escolar, até porque não era este o seu propósito, mas apenas indicar que para uma educação nacional que mudasse o ethos do povo brasileiro, necessitava-se de uma Educação Física, que para ele era um “problema nacional”.

RESUMO

Partindo dos pressupostos da “Nova História”, resolvemos, pela apreensão do discurso, recordar a utopia pedagógica que inaugurou a República brasileira. Assim, analisamos o texto de José Veríssimo, *A Educação Nacional* (1890), na tentativa de vislucrar o cotidiano social (evocação do vivido no fim do Império) e as proposições pedagógicas de aceção de educação, e do corpo em particular, que tanto marcaram os horizontes mentais e a formação do sentimento nacional e a cultura pedagógica daí advinda. Identificamos não só a correlação entre as propostas pedagógicas com a edificação de projetos nacionais, bem como a preocupação em formar o homem novo, regenerá-lo no seu corpo “indolente” e “lascivo” através de uma “Educação Física Higiênica”.

Palavras-Chave: Educação Física; Brasil República; Século XIX; Corpo.

ABSTRACT

Starting from the presuppositions of the “New History”, this paper intends to analyze and remember the pedagogic utopia that inaugurated the Brazilian Republic. In that way, it’s analyzed José Veríssimo’s book, *National Education* (1890), trying to understand the daily social life - and the evocation of the lived at the end of the Empire - and the pedagogic propositions of education at time, with special focus at the body, looking through the mental horizons and the formation of the national feeling and the pedagogic culture that was build there. This work identifies also the correlation among the of pedagogic proposals with the construction of national projects, as well as the concern in forming the new man, to regenerate him in his “indolent” and “lewd” body through a “hygienic” physical education.

Keywords: Physical Education; Brazilian Republic; 19th Century; Body.